



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da quinta sessão ordinária de 2009 da Assembleia Municipal de Aljezur

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 30 de Dezembro de 2009

INÍCIO: 20.30 horas

ENCERRAMENTO: 00.30 horas

*

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Manuel José de Jesus Marreiros, Presidente
Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário
José Carlos Pacheco Silva, Segundo-Secretário

MEMBROS PRESENTES:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Henrique Manuel Ramos Henriques, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Johannes Alexander Schydlo, José de Oliveira Cavaco, Manuel Alberto Santinhos Cristo, Ana Maria Ferreira dos Santos, Francisco António Batista Ferreira, António José Duarte Oliveira Rosa, Iládio de Jesus Alves Furtado, José Manuel dos Santos Marreiros, Sérgio Manuel da Silva Santos

*

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS:

José Hugo Tomás Ferreira, substituído por Emanuel Marreiros Amaro de Jesus
Eliezer João Candeias, substituído por Luís Miguel Maria

ENTRARAM NO DECORRER DA SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS:

Emanuel Marreiros Amaro de Jesus e Fernando Manuel Costa Rosa

VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DOS SEGUINTE MEMBROS:

Manuel António Custódio Rosendo

*

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 20.30 horas-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS: Não estando presente o Senhor Eliezer João Candeias, Presidente da Junta de Freguesia de Rogil, o mesmo será substituído pelo Senhor Luís Miguel Maria, Secretário da Junta de Freguesia de Rogil, portador do Bilhete de Identidade número nove milhões novecentos e quarenta e mil e noventa e dois, emitido em oito de Maio de dois mil e sete, pelos Serviços de Identificação de Faro.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: – Foi presente a acta da sessão extraordinária realizada no vinte e seis de Novembro de dois mil e nove.-----
Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção de o Senhor Johannes Schydlo, por não ter estado presente na referida sessão.-----

PONTO NÚMERO DOIS

LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: – Foi enviada para conhecimento dos membros a seguinte correspondência:-----

– de Santa Casa da Misericórdia de Aljezur, ofício número trezentos e vinte e seis de dezoito de Novembro de dois mil e nove, enviando cópia de ofício enviado ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Algarve sobre o processo número cento e oitenta e oito barra dois mil e um do primeiro Juízo do Tribunal Judicial de Lagos. -----

O Senhor José Cavaco interveio sobre este assunto, propondo uma tomada de posição por parte da Assembleia Municipal o que foi aceite unanimemente. -----

Assim, pela Assembleia Municipal foi tomada a posição que a seguir se transcreve: --
“A Assembleia Municipal de Aljezur tendo conhecimento do litígio que envolve a Santa Casa da Misericórdia de Aljezur e a Administração Regional de Saúde do Algarve, referente à problemática das antigas instalações do Centro de Saúde de Aljezur (propriedade da Santa Casa da Misericórdia) e sabendo que a ARS foi já condenada no processo, vem deste modo manifestar a sua preocupação quanto ao assunto, tendo presente que aquela instituição de solidariedade social assume relevante importância para o Município de Aljezur pela forma como sempre tem acolhido os idosos e os carenciados.-----

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Aljezur muito estranha que, passado cerca de dezoito meses do acórdão do Tribunal de Relação de Évora, a ARS não tenha ainda cumprido com esse acórdão.-----

Num Estado de direito democrático, entende esta Assembleia Municipal que a Administração Pública deve ser o exemplo primeiro do cumprimento das decisões judiciais.-----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Aljezur apela à ARS no sentido de dar satisfação aos legítimos direitos, judicialmente confirmados, da Santa Casa da Misericórdia de Aljezur.-----

Mais deliberou esta Assembleia dar conhecimento desta deliberação à Senhora Ministra da Saúde e ao Senhor Primeiro-Ministro, bem como do teor do ofício recebido da Santa Casa da Misericórdia de Aljezur.”-----

– de Governo Civil do Distrito de Faro, ofício número quatro mil seiscentos e trinta e três, de nove de Dezembro de dois mil e nove, a Governadora Civil apresenta cumprimentos e manifesta a sua total disponibilidade pessoal e institucional, no intuito de contribuir para a realização de um trabalho eficaz em prol do desenvolvimento económico e social do Algarve, fazendo desta uma Região de referência a nível nacional e internacional.-----

de Gabinete da Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território, ofício número MAOT barra seiscentos e doze barra dois mil e nove barra mil cento e dez, de dezasseis de Dezembro de dois mil e nove, acusando recepção da proposta sobre pesca artesanal e lúdica – uma nova abordagem e informando que a mesma foi remetida ao Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente.-----

– de Gabinete da Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território, ofício número MAOT barra seiscentos e treze barra dois mil e nove barra mil cento e onze, de dezasseis de Dezembro de dois mil e nove, acusando recepção da proposta acerca da política de combate às espécies invasoras e informando que a mesma foi remetida ao Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente. -----

– de Assembleia Intermunicipal da Terras do Infante – Associação de Municípios, ofício número nove, de dezassete de Dezembro de dois mil e nove, informando a constituição da Mesa da Assembleia Intermunicipal. -----

– de Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, ofício número quatro mil quinhentos e quarenta e oito, de dezoito de Dezembro de dois mil e nove, acusando recepção da proposta sobre pesca artesanal e lúdica – uma nova abordagem. -----

Foi lida a seguinte correspondência:-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número treze mil seiscentos e sete, de vinte e três de Dezembro de dois mil e nove, enviando cópia de ofício do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Ambiente sobre a Portaria número mil duzentos e quarenta e cinco barra dois mil e nove, de treze de Outubro, que fixa as taxas devidas pelo actos e serviços prestado pelo ICNB, I.P. -----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS: O Senhor Emanuel Marreiros Amaro de Jesus, portador do Bilhete de Identidade número seis milhões oitocentos e trinta e nove mil setecentos e dezassete, emitido em oito de Novembro de dois mil e nove, pelos Serviços de Identificação de Faro, passou a fazer parte dos trabalhos em substituição do Senhor José Hugo Tomás Ferreira, eleito nas listas do Partido Socialista.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO: Neste ponto da ordem de trabalhos, verificou-se as intervenções dos membros a seguir indicados: O Senhor Iládio Furtado usou da palavra para se referir à portaria que entrou em vigor no passado dia três de Dezembro. -----

O Senhor Johannes Schydlo perguntou ainda qual o ponto de situação da Agenda vinte e um? -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que a decisão de implementação da Agenda vinte e um local de Aljezur foi tomada em reunião de Câmara de Maio de dois mil e cinco, em função de uma metodologia de trabalho da qual posteriormente

será dado conhecimento aos membros da Assembleia. Foram constituídas três equipas, uma que tinha como objectivo proceder à gestão e dinamização de todo o processo, outra que procedia ao acompanhamento de todo o processo e participava na consulta do mesmo e, uma última designada de grupos de autarcas.-----

Referiu que foi feito algum trabalho e recolhido algum material, sendo depois mais ou menos definido um programa que já tinha a ver com acções vocacionadas para a participação pública do processo. -----

Feito isto constatou-se que a equipa deu conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara, de então, de que o trabalho, a metodologia e o tempo alocado a esta matéria não era suficiente, nem compatível com as funções que as pessoas desempenhavam na Câmara Municipal. Logo isso implicou que fosse feita uma consulta prévia com vista à contratação do trabalho no exterior, cuja empresa seleccionada foi a T-Terra, com uma proposta no valor de vinte e dois mil e seiscentos euros. Na altura o processo voltou a ter um novo arranque, só que o trabalho que foi feito por esta empresa acabou por não ser validado visto a mesma ter levado algum tempo a fazê-lo. Entretanto, com a gravidez e gozo da licença de maternidade por parte da trabalhadora responsável pela Agenda vinte e um, voltou surgiu um outro motivo para que o processo voltasse a estar interrompido.-----

Actualmente o processo encontra-se numa fase um pouco atrasada, em que é necessária a validação por parte da Câmara, para que se conclua a primeira fase das várias que estão previstas, sendo que o que tem que ser agora aprovado é o diagnóstico de sustentabilidade. Disse ainda que o mesmo já está feito e irá ser enviado à Assembleia Municipal para conhecimento e validação. -----

O Senhor Vítor Vicente perguntou qual o ponto da situação da estação de tratamento da ETAR do Vale da Telha/Vales? -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que a ETAR do Vale da Telha/Vales está em plena construção. Disse que de facto houve uma acção popular contra o ICNB, o Ministério do Ambiente, as Águas do Algarve e Câmara Municipal. Por parte da Autarquia já foi dada resposta, visto não ter nada a ver com o assunto uma vez que a dona da obra é a Águas do Algarve.-----

O Senhor José Cavaco perguntou qual tinha sido o argumento da acção popular? -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que o argumento da acção popular tinha a ver com o facto de que a obras está a ser feita em pleno PNSACV. -----

A Senhora Lurdes Bento voltou a referir a questão do lixo derramado junto aos ecopontos sites no parque de estacionamento junto às Finanças, perguntando se há alguma coisa que possa ser feita, em conjunto, a nível de Assembleia e Município, de forma a responsabilizar aquelas pessoas que deixam ali, indevidamente, o lixo espalhado pelo chão, pois os autores facilmente podem ser identificados em função daquilo que lá depositam. -----

Relativamente às árvores sitas na Rua “vinte e cinco de Abril”, informou que nos últimos dias têm caído alguns ramos que já danificaram alguns carros que ali se encontravam estacionados, pelo que sugeriu que fosse feita alguma coisa de forma a evitar este tipo de danos e também para acautelar algum eventual pedido de indemnização por parte dos lesados. -----

A Senhora Ana Santos, relativamente às Piscinas Municipais e uma vez que já se encontram em funcionamento, perguntou para quando está previsto o início das actividades específicas propostas, visto que há pessoas que já se encontram inscritas

em algumas dessas actividades há mais de um ano? Disse ainda que tinha feito a sua inscrição numa determinada actividade, no entanto gostaria de experimentar uma outra que não conhece, pelo que perguntou se, quando essas actividades entrarem em funcionamento, os utentes terão ainda a hipótese de experimentar as várias actividades antes de optarem por uma delas? -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, relativamente às questões colocadas pela Senhora Lurdes Bento, tem toda a razão em estar perturbada, pois pode-se constatar que ninguém se inibe de ter alguma atenção no lixo que lá deixa. Disse que já por diversas vezes se bateu de porta a porta, que já foi feita uma campanha de sensibilização junto dos residentes, nomeadamente com os comerciantes daquela zona que a Autarquia tem conhecimento que ali deixam aquele lixo. Obviamente que, durante algum tempo, as coisas melhoram e parece que as pessoas se consciencializam mais um pouco com a situação, mas o que é certo é que depois as coisas voltam ao mesmo e aquele espaço aparece sujo constantemente. Referiu ainda que a Autarquia iria insistir novamente, procedendo a uma nova campanha e falando outra vez com as pessoas.-----

Quanto à questão das árvores, disse que é uma situação que acontece frequentemente e que, inclusive, a Autarquia já teve que accionar um seguro de responsabilidade civil, para suportar uma indemnização de um vidro de uma viatura. Referiu que na altura certa a Câmara irá providenciar o seu desbaste.---

Quanto às questões colocadas pela Senhora Ana Santos, informou que actualmente apenas se encontra em funcionamento a modalidade de natação livre, que essas questões estão a ser equacionadas e que com a contratação do novo Professor de Educação Física, vocacionado para as actividades de natação, estarão reunidas as condições para colocar em funcionamento as restantes modalidades. Esclareceu ainda que a Autarquia pretende proporcionar aos utentes a experimentação dessas outras modalidades, para que assim possam decidir o que realmente preferem. Disse ainda que provavelmente haverá condições para proporcionar o início dessas actividades durante os dois, três, primeiros meses do próximo ano. -----

O Senhor António Rosa propôs que fossem alteradas as placas de sinalética que se encontram junto à ponte de Odeceixe e que em vez de constar “Ribeira de Odeceixe” passasse a constar “Rio Seixe”, de forma a fazer jus ao nome, visto que, já desde o tempo do Árabes que sempre foi denominado de rio e, agora, passou a ser chamado de ribeira. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que conhecia a denominação de “Ribeira de Seixe”, no entanto, nunca tinha ouvido chamar de rio. No entanto, iria anotar esta proposta e ver o que poderia ser feito, apesar desse assunto não ser da jurisdição da Autarquia.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: O Senhor José Cavaco referindo-se à informação acerca da demora na construção da Variante de Aljezur, disse que não fazia sentido não haver uma via destinado a peões e velocípedes no acesso que vai desde a Vila de Aljezur à zona do Polidesportivo e agora às Piscinas Municipais, pois era interessante que as pessoas fizessem este percurso a pé e deixassem os carros à porta de casa. Referiu ainda o

constante perigo causado pelo estrangulamento provocado pela Ribeira do Areeiro, visto que constringe a estrada, interrompe o trânsito cada vez que a ribeira entope em altura de chuvas mais fortes. Pelo que, já era mais que tempo da Estradas de Portugal ser sensibilizada para esta situação, no sentido de ser resolvido pelo menos parte desse problema. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que queria e iria insistir, no sentido de que a Variante tenha o seu início em dois mil e onze, a Estradas de Portugal é que diz não vão ter capacidade técnica para iniciar a obra nesse Plano de Actividades. O Município de Aljezur considera que sim e irá fazer tudo para que isso aconteça. Esclareceu que o negociado tinha a ver com o saneamento da Ribeira do Areeiro, o saneamento do *ponto negro* que fica na primeira curva junto à Aldeia Velha e que, de uma vez por todas, seja construído o passadiço pedonal exterior à Ponte de Aljezur. Em relação à questão do acesso pedonal junto à Ribeira, sem desrespeito pelo anteriormente proposto, tanto pela Bancada da CDU como pela Bancada do PSD e apesar de já ter constado em anteriores Orçamentos, presentemente não está prevista a sua construção visto que a Autarquia já tentou realizar esse projecto e surgiram dificuldades com pontão que atravessa mais a baixo a Ribeira do Areeiro. Disse ainda que essa nunca será uma obra fácil, visto se tratar de uma obra a efectuar em pleno leito de cheias. Logo, esta questão tem que ser muito bem analisada, terão que ser efectuados os devidos estudos de forma a permitir a sua realização no futuro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que, tal como já tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara, dos contactos que ocorreram com a Estradas de Portugal, o que ficou acordado é que obra da Variante de Aljezur incluiria a construção dos passeios na Ponte de Aljezur, a correcção da primeira curva a seguir à bomba de gasolina, a ponte sobre a Ribeira do Areeiro, a correcção da curva a seguir à casa da dona Maria de Jesus, em frente ao Pavilhão Desportivo e, ainda, a correcção da curva na subida para a Aldeia Velha. -----

O Senhor José Cavaco perguntou se não seria possível fazer alguma pressão junto da Estradas de Portugal, no sentido da estrada nacional entre Aljezur e Lagos vir a ter uma faixa de ultrapassagem em cada sentido, visto que não está prevista para breve a construção do IC quatro? -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que de facto, e ainda este ano, tem que ficar decidida a questão do IC quatro, ou o IC quatro é considerado, ou então deverá desaparecer definitivamente do plano rodoviário nacional, pois é essa a intenção dos Municípios de Aljezur, Lagos, Odemira e Sines. -----

Informou que há estudos mais recentes que apontam para requalificações pontuais, alargamento de estradas e cortes de curvas, concretamente na zona de Odeceixe onde seriam anuladas as curvas existentes, assim como varias requalificações em outros pontos desta estrada e construção de uma nova faixa, permitindo assim mais condições de segurança rodoviária. Disse ainda que, assim que houver algum estudo mais concreto em relação ao assunto, de imediato fará chegar essa informação à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Vítor Vicente perguntou se o Município de Aljezur tinha se manifestado em relação a algum desses estudos mais recentes? Se tinha considerado algum desses traçados mais desejável? -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que de facto o Município de Aljezur ainda não emitiu opinião acerca desses estudos. O assunto encontra-se à espera de ser apresentado a uma reunião de Câmara a fim de ser tomada uma posição acerca da matéria.-----

A Senhora Lurdes Bento manifestou o seu agrado em relação à candidatura de locais às Sete Maravilhas de Portugal, embora havendo outras, considera as mesmas muito importantes e que se enquadram bem nas respectivas categorias.-----

Perguntou também em que situação se encontra a resolução do problema do talude sito na Rua da Ladeira/Travessa de Santo António, fica junto à casa do Senhor Vasco Reis?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que em relação à candidatura de locais às Sete Maravilhas de Portugal, só espera que de uma vez se faça justiça e que seja reconhecido aquilo que o Município de Aljezur tem de bom, pois é muita da nossa identidade, da nossa imagem de marca, sendo que o Município só admite ganhar numa dessas categorias.-----

Relativamente à segunda questão, esclareceu que o talude que fica junto à casa do Senhor Vasco Reis, uma parte da obra já está feita e que para a outra já existe projecto. Disse que já tinha sido apresentada uma proposta, estando a Autarquia só à espera de ser apresentada uma outra, para que possa proceder à respectiva adjudicação. Informou ainda que, em relação a esta situação, tem estado a ser feita uma monitorização sistemática e diária, pelo que a Autarquia só fica tranquila quando esta obra estiver completamente executada.-----

PONTO NÚMERO DOIS

MOVILOP – IMOBILIÁRIA E CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA, – PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO PROJECTO DE LOTEAMENTO ROGIL NORTE - ROGIL: –

Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e quatro de Novembro de dois mil e nove, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

O Senhor Presidente da Assembleia disse haver um excesso de zelo nesta deliberação, porque à Assembleia Municipal não compete decidir sobre matéria dos bens privados da Câmara, a não ser que estejam em causa valores acima dos trezentos mil euros. O que está aqui em causa é apenas a questão de desafecção do domínio público municipal, de uma área de vinte vírgula vinte e três metros quadrados, para o domínio privado municipal. Disse ainda que o valor da compensação é de dois mil cento e trinta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos, pela referida área mais dezanove metros quadrados do domínio privado municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara reafirmou o que foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia, confirmando que de facto o que é solicitado é a autorização desta Assembleia que permita a desafecção de uma área de vinte vírgula vinte e três metros quadrados de uma área total de novecentos e cinquenta e quatro metros quadrados, que é uma área destinada a espaços verdes de utilização colectiva, para o domínio privado municipal, sobre o qual a Câmara já se pronunciou.-----

Esclareceu ainda que a origem desta acção está a montante numa questão de extremas e que a Câmara, usando do seu bom senso e da sua boa fé, decidiu mediar uma reunião entre ambas as partes, da qual resultou um entendimento entre ambos e uma posterior alteração ao Loteamento.-----

O Senhores José Cavaco referiu que é má prática das expansões urbanas fazer segundas cartas cadastrais, porque depois surgem situações como esta que surgiu no Rogil, como também ocorre na Barrada – Aljezur e em muitos outros sítios. O problema é não existir um Plano Director mais abrangente, pois estas situações vão continuar a surgir no futuro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que no caso concreto deste Loteamento até não foi por isso. Pois neste caso a MOVILOP comprou várias parcelas para juntar todas, tendo comprado toda a área urbana sita naquela zona. -----

O Senhor Vítor Vicente referiu que, antes de mais, estranhou não ter sido enviada previamente qualquer tipo de informação acerca deste assunto. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara com que estatuto é que a faixa de um metro ficou, sendo resultante do recuar do muro? Se domínio privado municipal ou domínio público municipal? Se entrou, ou não, nas áreas de compensação do Loteamento? Perguntou ainda se o montante de dois mil cento e trinta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos resultam dos valores aplicados para situações desta natureza? -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que, em abono da verdade, o promotor considera-se proprietário desse pedaço de terreno, por outro lado, o outro senhor também diz que esse terreno é dele. Logo e como é obvio esse terreno não entrou no valor calculado.-----

O Senhor Engenheiro João Carreiro esclareceu que neste caso a divergência existe apenas entre vizinhos, que não existem terrenos municipais pelo meio. Prestou ainda alguma informação de ordem técnica. -----

O Senhor António Rosa perguntou se os Planos de Pormenor não tinham um prazo para serem concluídos?-----

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que os Planos de Pormenor consistiam num decisão política da Câmara, que esta não é obrigada a fazer Planos de Pormenor. Isso só acontece quando a Lei o determinar.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Senhor António Rosa tinha razão numa questão, pois um Plano de Pormenor, depois de aprovado, tem de facto uma longevidade para ser executado.-----

O Senhor António Rosa disse considerar que ao não se aprovar os Planos de Pormenor, acaba por se criar alguns desequilíbrios. Dando a ideia que se constrói avulsamente, conforme vão aparecendo os promotores.-----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que os Planos de Pormenor têm as suas vantagens, mas também têm desvantagens. Pois ao fazer um Plano de Pormenor para áreas que mais, ou menos, já estão consolidadas, esses desequilíbrios não terão grande significado, ao contrário do que poderá vir a verificar-se ao fazê-lo para áreas mais despovoadas.-----

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com as abstenções dos Senhores Vitor Vicente, Ana Santos, Iládio Furtado, José Cavaco e António Rosa, aprovar a desafectação da área de vinte vírgula vinte e três metros quadrados do denominado espaço verde de utilização colectiva/domínio público municipal, referente à alteração ao projecto de loteamento Rogil Norte – Rogil. -----

INTERVALO: – Foi pelo Senhor Presidente da Mesa proposto, e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: – Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros. -----

O SENHOR FERNANDO MANUEL COSTA ROSA PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO TRÊS

ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA DOIS MIL E DEZ E MAPA DE PESSOAL PARA DOIS MIL E DEZ: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de quinze de Dezembro de dois mil e nove, que acompanhava os respectivos documentos, os quais ficam arquivados em pasta própria. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do documento em análise, referindo que este Orçamento foi feito, muito, a pensar na contenção e redução de despesas correntes, para que haja possibilidade de utilizar a boa capacidade de endividamento que a Autarquia ainda tem, para aquelas acções, obras ou projectos considerados estruturantes e que ainda faltam fazer. Salientou também as actividades, acções consideradas mais relevantes neste Orçamento e as principais prioridades. -----

O Senhor José Cavaco usou da palavra fazendo uma breve análise da situação política e social do País, bem como do Município de Aljezur. -----

O Senhor Vítor Vicente disse que este Plano de Actividades previa a execução de algumas obras que para a Bancada do PSD são muito queridas, destacando a obra de criação da Unidade de Cuidados Continuados, o apoio assumida às obras no Quartel dos Bombeiros Voluntários, a ampliação do Cemitério de Aljezur e a Estrada de Marmeleite. Obras estas que espera poder vir a ver concretizadas durante o ano de dois mil e dez. -----

Em relação à Unidade de Cuidados Continuados, disse ser uma obra que é muito de louvar mas, sem desprimor nenhum para com a Casa da Criança do Rogil que considera ser digna das melhores referencias, ainda não conseguiu entender muito bem porque é que é esta Instituição a promover a obra e não a Santa Casa da Misericórdia. Quando esta última teria mais formação e uma proximidade muito maior com esta área de actuação. No entanto, o mais importante é que esta obra se torne, no mais curto espaço de tempo, numa realidade no Município de Aljezur. -----

Disse ainda querer expressar alguma preocupação quanto ao facto de não constar nada neste Orçamento, em relação à Zona Industrial da Feiteirinha, apesar de saber que tem existido alguma dinâmica na procura dos lotes. -----

Em relação ao Vale da Telha disse apenas constar a elaboração de uns Planos, nada mais. Como há pouco foi dito que a construção da ETAR do Vale da Telha estava numa fase adiantada, parece-lhe que a requalificação da Urbanização não está a acompanhar o ritmo da execução da rede de esgotos, por forma a que depois ela tenha alguma utilidade. -----

Fez ainda alguns comentários em relação ao edifício da Câmara, à Estrada de Marmeleite, à estrada duzentos e sessenta e oito que se encontra em mau estado, à Biblioteca Municipal, ao Mapa de Pessoal e aos Protocolos a estabelecer com as Juntas de Freguesia do Município. -----

A Senhora Lurdes Bento questionou acerca da construção do Canil, da aquisição de terrenos e edificios que constam no Orçamento. Perguntou também o que é que está previsto fazer em relação à Fortaleza da Arrifana? Se já existe algum espaço previsto

para a construção do Centro Cultural e Biblioteca? E, onde é que está previsto fazer os mini-campos de futebol? -----

O Senhor Johannes Schydlo colocou algumas questões relacionadas com a aquisição de uma viatura de transporte escolar por cinco mil euros. Se já foi posta a hipótese de adquirir uma viatura eléctrica? Disse que a escola necessita de mais salas devido à uma evolução demográfica. Disse ainda ter visto uma rubrica referente a energias alternativas – vinte e cinco mil euros, pelo que perguntou o que é que vai ser feito com este dinheiro, sugerindo o investimento deste Município nas energias alternativas, no âmbito da micro-geração.-----

O Senhor Iládio Furtado colocou algumas questões acerca da Unidade de Cuidados Continuados e dos Protocolos a estabelecer com as Juntas de Freguesia do Município.-----

O Senhor Presidente da Assembleia a fim de elucidar algumas das questões colocadas, começando por referir que, em relação à situação do Município de Aljezur, não se pode começar a fazer comparações com os outros Municípios, pois não se chega a conclusões que sejam favoráveis, logo porque é um Município pequeno e depois porque a conjuntura económica é bastante variável. O que é importante saber é qual a evolução que este tem tido ao longo dos últimos anos. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar os esclarecimentos necessários às questões colocadas começando por dizer que uma coisa é nos vivermos numa situação económico/financeira difícil, outra coisa é sermos pessimistas e entrarmos em depressão.-----

Disse que a Câmara enquanto, e sempre que puder irá dar às Freguesias os meios que forem necessários e indispensáveis, para que estas possam cumprir os objectivos a que se propuseram, pois são elas que estão mais perto das populações. -----

Em relação à Unidade de Cuidados Continuados, esclareceu que inicialmente este processo foi todo ele tratado com a Santa Casa da Misericórdia, no entanto, quando esta instituição teve consciência do valor total do investimento, informou não ter capacidade financeira para esta parceria. Perante o impasse que surgiu, a Autarquia decidiu que não iria perder a oportunidade de contar com este projecto no Município de Aljezur, vindo depois a protocolar o mesmo com a Casa da Criança do Rogil. -----

Quanto a não constar nada no Orçamento em relação à Zona Industrial, disse que a Autarquia espera que a situação económica melhor e ganhe um novo fôlego, que os Bancos comecem novamente a vender dinheiro, para que as pessoas possam investir e se possa atingir os objectivos previstos em termos de lotes e de actividades económicas. Também os armazéns camarários e as oficinas não aparecem no documento porque se aparecessem era para fazer *show off*, pois a Autarquia não tem condições de levar a cabo este projecto, assim como também não pode iniciar a obra da rede de esgotos do Vale da Telha.-----

Quanto ao edifício da Câmara, referiu que, o acontecer aqui a Biblioteca não depende da construção do novo edifício sede dos Paços do Concelho. Que o que está equacionado para dois mil e dez é a elaboração de um projecto de um Centro Cultural, um Auditório e uma Biblioteca, para um espaço que a Autarquia possui em zona urbana.-----

-----Relativamente à construção do Canil, disse que gostaria muito de executar esta obra, o quanto antes e que o projecto já se encontra concluído. Sobre a aquisição de terrenos, disse que em vários casos prende-se com terrenos que são necessários, tal como para a ampliação do Cemitério. Disse que a Fortaleza da

Arrifana é um projecto que a Autarquia vai tentar vender ao Polis, pois este programa vai ter uma necessidade imediata de execução e a Autarquia já tem o projecto concluído. Quanto aos mini-campos de futebol, a Câmara apenas está à espera que abram as candidaturas do Instituto de Desporto de Portugal, quanto à sua localização seria um no Rogil e outro em Odeceixe.-----

Quanto ao Centro Integrado de Recursos é assim denominado para ter uma abrangência maior, e está previsto fazer uma quinta pedagógica, com várias vertentes, numa propriedade da Câmara e que fica no Moinho da Légua.-----

Relativamente à importância de cinco mil euros para aquisição de uma viatura, como é lógico, deve-se ao facto desta aquisição ser feita através de leasing. Quanto à viatura eléctrica disse ser uma ideia interessante, nomeadamente, para os circuitos de transportes escolares mais urbanos. Em relação às energias alternativas, disse ser um assunto muito atraente, sendo que a Autarquia pretende fazer uma experiência no âmbito da energia fotovoltaica, provavelmente nos novos balneários do campo de futebol. -----

Quanto ao investimento previsto para a Unidade de Cuidados Continuados, disse rondar um milhão e cem mil euros. -----

Quanto às transferências de capital para as Juntas de Freguesia, o critério é o de olhar para as principais obras que se encontram equacionadas, tendo em conta uma média ponderada dos gastos que os Presidentes de Juntas prevêem fazer, com vista à realização das obras previstas. -----

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com as abstenções dos Senhores Vitor Vicente, Ana Santos, Iládio Furtado, José Cavaco e António Rosa, aprovar o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e dez e mapa de pessoal para dois mil e dez. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA:-----

“Plano e Orçamento para dois mil e dez-----

Pela dispersão de meios (obras a cargo das freguesias) que vão no sentido contrário ao que seria racional sem que daí se vislumbre qualquer interesse económico ou redução de custos e que terão como consequência a perda de coordenação e de economia de escala, com prejuízo do coerência estratégica e pondo em dúvida a imperiosa necessidade de não nos afastarmos de apertados critérios de opção, abstenho-nos nesta votação.-----

José de Oliveira Cavaco e António José Duarte Oliveira Rosa.”-----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----

“A bancada do PSD – Partido Social Democrata, abstem-se no Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e dez, porque muito embora concorde com investimentos previstos, nomeadamente, o apoio à criação de uma Unidade de Cuidados Continuados, considera que muitas das obras fundamentais para o desenvolvimento do Município, por exemplo: um centro cultural/auditório municipal, a requalificação da zona histórica da Vila de Aljezur ou a dinamização da zona industrial, não se encontram previstas. Verificamos ainda que muitas das rubricas com obras de bastante importância para o Concelho, não tem dotação a que permita prever a realização das mesmas.-----

O Membros da Bancada do PSD;-----

Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Ana Santos e Iládio Jesus Alves Furtado.”--

PONTO NÚMERO QUATRO

PROTOSCOLOS A ESTABELECEM COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE ALJEZUR, BORDEIRA, ODECEIXE E ROGIL – TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL:

– Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de quinze de Dezembro de dois mil e nove, que acompanhava os respectivos documentos, os quais ficam arquivados em pasta própria. -----

O Senhor Iládio Furtado agradeceu a explicação que foi dada em relação ao valor que é atribuído às Juntas de Freguesia, assim com em relação a quais são as obras e sua majoração e fez alguns comentários acerca das transferências de capital para as Juntas de Freguesia. -----

Posto à votação, a Assembleia Municipal delibrou por maioria, com as abstenções dos Senhores José Cavaco e António Rosa, aprovar os Protocolos a estabelecer com as Juntas de Freguesia de Aljezur, Bordeira, Odeceixe e Rogil – Transferência de Capital. -----

PONTO NÚMERO CINCO

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE ALJEZUR, BORDEIRA, ODECEIXE E ROGIL:

– Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de quinze de Dezembro de dois mil e nove, que acompanhava os respectivos documentos, os quais ficam arquivados em pasta própria. -----

Posto à votação, a Assembleia Municipal delibrou por maioria, com as abstenções dos Senhores José Cavaco e António Rosa, aprovar a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia de Aljezur, Bordeira, Odeceixe e Rogil. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Do público presente não se verificou qualquer intervenção. -----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi delibrou por unanimidade, aprovar a acta em minuta. -----

FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS: – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar. -----

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas zero horas cinquenta minutos, do dia trinta e um de Dezembro de dois mil e nove, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta. -----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo. -----

* * *

O PRESIDENTE

Sessão de 30/12/2009

A PRIMEIRO-SECRETÁRIO
